



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS DO CURU
Poder Executivo Municipal - Estado do Ceará
Gestão 2017/2020

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
333
6

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1809.01/2020 - SRP
CONTRATO Nº. 1809.01/2020 - 02

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO LUIS DO CURU, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A EMPRESA TOP COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES E SERVIÇOS LTDA, CONFORME SEGUE ABAIXO:

Aos 06 dias do mês de Outubro do ano de 2020, compareceram de um lado o MUNICÍPIO DE SÃO LUIS DO CURU - CE, inscrito no CNPJ Nº 07.623.051/0001-19, com endereço a Rua Rochael Moreira, centro, S/N, por intermédio da **SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, C.N.P.J. N.º 13.815.247/0001-08**, neste ato representado pela Secretária RENATA PIMENTEL ABREU BARROSO MOURA Ordenador de Despesas, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **TOP COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, com sede na RUA MOREIRA GOMES, Nº 304, BAIRRO VILA UNIÃO, inscrita no CNPJ sob nº 06.028.189/0001-07, neste ato representada por seu Sócio Administrativo, **Francisco de Assis Cavalcante Junior, inscrito no CPF nº. 640.763.263-34**, doravante designada **CONTRATADO**, e pelos mesmos foi dito na presença das testemunhas ao final consignadas, que em face do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1809.01/2020 - SRP**, pelo presente instrumento avençam um contrato, sujeitando-se às normas da Lei Federal Nº 8.666/93, Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Decreto Federal nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto Federal 3.555/2000, Decreto nº 9.488, de 30 de agosto de 2018 e Lei Complementar 123/2006 e alterações
Lei Federal Nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e do Código Civil Brasileiro (Lei 10.406/2002), e às seguintes cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

1.1. Constitui objeto do presente contrato as **AQUISIÇÕES DE VEÍCULOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SÃO LUIS DO CURU - CE**, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que integrou o Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1809.01/2020 - SRP** – Anexo I, proposta da CONTRATADA e demais documentos constantes do PROCESSO.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA DOS BENS

2.0 O objeto desta licitação deverá ser entregue em até **30 (trinta) dias**, contados a partir da emissão da ordem de compra, em atendimento às necessidades do órgão contratante, conforme as condições estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência do edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1809.01/2020 - SRP**

PARÁGRAFO PRIMEIRO

2.1. A entrega do objeto deste contrato deve ser feita no local indicado pela Secretaria de Assistência Social, correndo por conta da CONTRATADA as despesas de embalagem, seguros,

12



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS DO CURU
Poder Executivo Municipal - Estado do Ceará
Gestão 2017/2020

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
374
0

transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO

2.2. Os bens deverão ser entregues devidamente embalados, de forma a não serem danificados durante a operação de transporte, carga e descarga, assinalando-se na embalagem marca, destino, quando for o caso, e as demais características que os identifique. Deverão acompanhá-los 02 (duas) vias da fatura comercial com as suas especificações detalhadas ou documento equivalente, necessário à conferência dos bens.

PARÁGRAFO TERCEIRO

2.3. Os itens deverão ser entregues pela CONTRATADA e estarem em plena condição de uso, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data do recebimento da ordem de compra de que trata a Cláusula Terceira.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

3.0. O objeto do presente contrato será recebido provisoriamente em até 05 (cinco) dias, contados da data da entrega dos itens, no local e endereço indicado pela SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Nos moldes do termo de Referência – Anexo I do edital.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

3.1. Por ocasião da entrega, o fornecedor deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do CPF, emitido pela SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, do servidor do CONTRATANTE responsável pelo recebimento.

PARÁGRAFO SEGUNDO

3.2. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o CONTRATANTE poderá:

1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo o contrato, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
2. Na hipótese de substituição, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação do CONTRATANTE, **no prazo máximo de 02 (dois) dias**, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.
3. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
4. Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

PARÁGRAFO TERCEIRO

3.3. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou Recibo, firmado pelo servidor responsável.



COMISSÃO DE LICITAÇÃO
425
Tridica

CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

4.0. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal/fatura no protocolo do órgão contratante, à vista do respectivo Termo de Recebimento Definitivo do objeto ou Recibo, na forma prevista no parágrafo terceiro da cláusula terceira.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

4.1. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e seu vencimento ocorrerá **30 (trinta) dias** após a data de sua apresentação válida.

PARÁGRAFO SEGUNDO

4.2. O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da CONTRATADA no Banco indicado na Nosta Fiscal, juntamente com os dados bancários.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES

5.1. O contrato terá vigência **até 31 de Dezembro de 2020**, contados da data da assinatura deste termo de contrato. Podendo ser aditivado, conforme art. 57 da Lei 8.666/93, dentro do ano orçamentário.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: DAS ALTERAÇÕES

5.2. Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, vedada a alteração do OBJETO.

5.3. A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira prevista neste Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR DO CONTRATO, REAJUSTE E DOS RECURSOS

6.0. O valor do presente contrato é de R\$ 295.900,00 (duzentos e noventa e cinco mil e novecentos reais) e onerará recursos orçamentários no subelemento econômico nº **08.243.0142.2.101.0000 - PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS - CRIANÇA FELIZ, 08.244.0148.2.103.0000 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CRAS/PAIF/SCFV** - natureza da despesa 4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente. Conforme quadro em Anexo I.

PARÁGRAFO ÚNICO - DO REAJUSTE

6.1. O valor do presente Contrato não será objeto de reajuste, pelo período de 12 (doze) meses da apresentação da proposta. Caso o prazo exceda a 12 (doze) meses os preços contratuais poderão ser reajustados com base no índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.1. Além das obrigações constantes em cláusulas próprias deste contrato, do Edital de Licitação e seus anexos, em especial as definidas nos diplomas federal e estadual sobre licitações, cabe à CONTRATADA:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS DO CURU
Poder Executivo Municipal – Estado do Ceará
Gestão 2017/2020

COMISSÃO LICITACIONAL
Fr. 376
R. 01

- a. Designar, por escrito, o funcionário responsável para resolução de eventuais ocorrências durante a execução deste contrato, dos bens adquiridos;
- b. Zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários.
- c. Arcar com todas as despesas diretas e indiretas relacionadas com a execução do contrato, tais como transportes, frete, carga e descarga etc.
- d. Cumprir as posturas do Município e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução do contrato;
- e. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação indicada no preâmbulo deste termo;
- f. Dar ciência imediata e por escrito à CONTRATANTE sobre qualquer anormalidade que possa afetar a execução do contrato;
- g. Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização do CONTRATANTE em seu acompanhamento;
- h. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 8.666/93;
- i. Atender prontamente qualquer reclamação, exigência, ou observação realizadas pela CONTRATANTE;
- j. Aceitar acréscimos e supressões que se fizerem necessário para plena execução do objeto, conforme art. 65 da Lei 8.666/93.
- k. Bem como as obrigações previstas no Termo de Referência – Anexo I do edital.

CLAUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

8.1. Sem prejuízo do integral do cumprimento de todas as obrigações decorrentes das disposições deste contrato, cabe ao CONTRATANTE:

- a. Indicar formalmente o funcionário responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual;
- b. Facilitar, por todos os meios, o exercício das funções da CONTRATADA, dando-lhe acesso às suas instalações;
- c. Prestar à CONTRATADA as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados;
- d. Bem como as obrigações previstas no Termo de Referência – Anexo I do edital.
- e. Solicitar o reparo ou a substituição dos produtos, se necessário, que apresentarem defeito de fabricação durante o prazo de garantia ou se não estiver de acordo com as especificações técnica neste Termo de Referência

CLÁUSULA NONA – DA SUBCONTRAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

9.1. A CONTRATADA não poderá subcontratar total ou parcialmente o objeto deste contrato, bem como cedê-lo ou transferi-lo, no todo ou em parte.



CLAUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO

- 10.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da entrega dos itens licitados e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.2. A fiscalização dos contratos, no que se refere ao cumprimento das obrigações trabalhistas, deve ser realizada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.
- 10.2.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 10.3. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do fornecimento e do contrato.
- 10.4. A verificação da adequação da execução do fornecimento deverá ser realizada com base nos critérios previstos nos anexos do edital.
- 10.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do fornecimento, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.6. A conformidade do material a ser utilizado na execução do fornecimento deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no edital e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso, conforme o caso.
- 10.7. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.8. Para tanto, conforme previsto neste Termo de Referência, a empresa deverá instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção de tais informações, bem como oferecer os meios necessários para que obtenham tais extratos, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
- 10.9. Os empregados também deverão ser orientados a realizar tais verificações periodicamente e comunicar ao fiscal do contrato qualquer irregularidade, independentemente de solicitação por parte da fiscalização.
- 10.10. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação, bem como a falta de recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.



10.11. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias e para com o FGTS referentes à execução do fornecimento alocada.

10.12. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.13. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações, trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

11. Ficará impedido de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS DO CURU, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2.002.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

11.1. Os procedimentos para aplicação da penalidade de que trata o "caput" desta cláusula, serão conduzidos no âmbito do Órgão Gerenciador e as penalidades serão aplicadas por autoridade competente do mesmo órgão, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO

11.2. Sem prejuízo da aplicação da penalidade de que trata o "caput" desta cláusula, poderão ser aplicadas as multas conforme legislação vigente.

PARÁGRAFO TERCEIRO

11.3. Os procedimentos para aplicação das multas de que trata o parágrafo segundo desta cláusula, serão conduzidos no âmbito da Unidade Contratante e as penalidades serão aplicadas por autoridade competente da mesma Unidade, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO QUARTO

11.4. As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

PARÁGRAFO QUINTO

11.5. O CONTRATANTE reserva-se o direito de descontar do valor das faturas os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO E RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DO CONTRATANTE

12. Este contrato poderá ser rescindido na forma, pelos motivos e com as conseqüências previstas nos artigos 77 a 80, e 86 a 88, da Lei Federal nº 8.666/93.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS DO CURU
Poder Executivo Municipal - Estado do Ceará
Gestão 2017/2020

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
379
Subscrição

PARÁGRAFO ÚNICO

12.1. A Contratada reconhece, desde já, os direitos do CONTRATANTE nos casos de rescisão administrativa, prevista no artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Fica ajustado, ainda, que:

1. Consideram-se partes integrantes do presente contrato, como se nele estivessem transcritos:

- a) o Edital **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1809.01/2020 - SRP** e anexos;
- b) a proposta apresentada pela CONTRATADA;
- c) Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

13.2. Aplicam-se às omissões deste contrato as disposições do Decreto Federal nº. 10.024, de 20 de setembro de 2019, nas demais normas deste Edital e seus anexos, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, as normas da Lei Federal Nº 8.666/93, Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Decreto nº 9.488, de 30 de agosto de 2018 e Lei Complementar 123/2006 e alterações, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

13.3. Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca do MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS DO CURU.

E assim, por estarem as partes de acordo, justas e contratadas, foi lavrado o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas e assinadas.

São Luís do Curu – CE, 06 de Outubro de 2020.

Renata Pimentel Abreu Barroso Moura

RENATA PIMENTEL ABREU BARROSO MOURA
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

TOP COMERCIO E
INDUSTRIA DE
CONFECÇOES E
SERVICOS:06028189000107

Assinado de forma digital por TOP
COMERCIO E INDUSTRIA DE
CONFECÇOES E
SERVICOS:06028189000107
Dados: 2020.10.13 08:35:32 -03'00'

**TOP COMÉRCIO E INDUSTRIA DE
CONFECÇÕES E SERVIÇOS**
CNPJ: 06.028.189/0001-07
FRANCISCO DE ASSIS CAVALCANTE JUNIOR
CPF Nº. 640.763.263-34

TESTEMUNHAS:

1. *[assinatura]*
CPF: *038.579.503-15*

1. *[assinatura]*
CPF: *803.178.803-06*



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS DO CURU
Poder Executivo Municipal - Estado do Ceará
Gestão 2017/2020

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 300
Rubrica

ANEXO AO TERMO DE CONTRATO

EMPRESA: TOP COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES E SERVIÇOS

VALOR GLOBAL: R\$ 295.900,00 (duzentos e noventa e cinco mil e novecentos reais).

| LOTE 02 | | | | | | |
|---------|---|------|-------|----------------|-------------|---------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO DO PRODUTO | UNID | QUANT | MARCA | VR. UNI R\$ | VR. TOTAL R\$ |
| 01 | VEÍCULO, TIPO SPIN OU SIMILAR - 2020/2021- MOTOR - 1.8, UTILITÁRIOS, COR PREFERENCIALMENTE BRANCA, PAINEL DE INSTRUMENTOS EM PRETO "JET BLACK", RODA DE ALUMINIO ARO "16", VIDRO ELÉTRICO; ANTI ESMAGAMENTO, 7 LUGARES, ACENDIMENTO AUTOMÁTICO DOS FARÓIS, AIRBAG DUPLO, ALARME ANTI-FURTO, ALERTA DE PRESSÃO DOS PNEU, AR-CONDICIONADO, CINTOS DE SEGURANCA TRASEIROS LATERAIS E CENTRAL 3 PONTOS, COMPUTADOR DE BORDO, CONTROLES DE RADIO E DO CELULAR NO VOLANTE, DIREÇÃO ELÉTRICA PROGRESSIVA, ESPELHOS RETROVISORES ELÉTRICOS NA COR DO VEÍCULO, FARÓIS DE NEBLINA, INDICADOR DE TROCA DE MARCHAS, LANTERNA DE NEBLINA, LUZ DE POSIÇÃO EM LED, LUZES INDICADORAS DE DIREÇÃO LATERAIS, SENSOR DE ESTACIONAMENTO TRASEIRO, SISTEMA DE FREIOS COM ABS, EBD, TRANSMISSÃO MANUAL DE SEIS VELOCIDADES, TRAVA ELETRICA DAS PORTAS COM ACIONAMENTO NA CHAVE. | UNID | 01 | CHEVROLET SPIN | 107.900,00 | 107.900,00 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS DO CURU
Poder Executivo Municipal - Estado do Ceará
Gestão 2017/2020

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 381
tribuna

| LOTE 04 | | | | | | |
|---------|---|------|-------|---------------|-------------|---------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO DO PRODUTO | UNID | QUANT | MARCA | VR. UNI R\$ | VR. TOTAL R\$ |
| 01 | VEÍCULO, TIPO S10 OU SIMILIAR - 2020/2021- MOTOR - 2.5 ou 2.8, UTILITÁRIOS - VIDRO ELETRICO COM ACIONAMENTO POR "UM TOQUE, ABERTURA DA TAMPA DO COMBUSTIVEL INTERNA, AIRBAG DUPLO, ALERTA DE PRESSAO DOS PNEUS, ANTENA DE TETO, AR CONDICIONADO, AVISO SONORO DO CINTO DE SEGURANCA, BANCO DO MOTORISTA COM REGULAGEM DE ALTURA, BANCO TRASEIRO BIPARTIDO E REBATIVEL, COM PORTA-OBJETOS, BANCOS DE COURO, CAPA DE PROTECAO DO MOTOR, CAPOTA MARITIMA, CHAVE TIPO CANIVETE DOBRAVEL, CINTOS DE SEGURANCA TRASEIROS LATERAIS E CENTRAL 3 PONTOS, COLUNA DE DIRECAO COM REGULAGEM EM ALTURA, COMPUTADOR DE BORDO, CONJUNTO DE ALTO FALANTES - 4 UNIDADES E 2 TWEETERS, CONSOLE CENTRAL COM DESCANCA-BRACO, DESEMBACADOR ELETRICO DO VIDRO TRASEIRO, DIRECAO ELETRICA PROGRESSIVA, FAROIS COM REFLETOR, FAROL DE NEBLINA DIANTEIRO, GANCHOS PARA AMARRACAO DE CARGA DA CACAMBA, ILUMINACAO DE TETO CENTRAL, LANTERNA DE NEBLINA, REGULAGEM DE ALTURA DOS FAROIS, RETROVISORES EXTERNOS ELETRICOS, RODAS DE LIGA LEVE DE 16", SELETOR ELETRONICO DE TRACAO 4X2, 4X4 E REDUZIDA, SENSOR DE ESTACIONAMENTO TRASEIRO, SISTEMA DE ALARME ANTI FURTO, SISTEMA DE FREIOS COM ABS, EBD E PBA, SOMBREIRAS - MOTORISTA E PASSAGEIRO, TAMPA TRASEIRA COM CHAVE, TOMADA DE FORCA 12V, TOMADA DE FORCA 12V (FRONTAL), TRANSMISSAO MANUAL DE SEIS VELOCIDADES, TRAVA DA COLUNA DE DIRECAO, TRAVA ELETRICA DAS PORTAS COM ACIONAMENTO NA CHAVE, VIDRO ELETRICO NA PORTA DO PASSAGEIRO, VIDRO ELETRICO NAS PORTAS. | UNID | 01 | CHEVROLET S10 | 188.000,00 | 188.000,00 |

São Luís do Curu – CE, 06 de Outubro de 2020.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS DO CURU
Poder Executivo Municipal - Estado do Ceará
Gestão 2017/2020

Renata Pimentel Abreu Barroso Moura

RENATA PIMENTEL ABREU BARROSO MOURA
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

TOP COMERCIO E
INDUSTRIA DE CONFECÇOES
E
SERVICOS:06028189000107

Assinado de forma digital por TO
COMERCIO E INDUSTRIA DE
CONFECÇOES E
SERVICOS:06028189000107
Dados: 2020.10.13 08:38:34 -03'00

**TOP COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE
CONFECÇÕES E SERVIÇOS**
CNPJ: 06.028.189/0001-07
FRANCISCO DE ASSIS CAVALCANTE JUNIOR
CPF Nº. 640.763.263-34

